DESMATAMENTO (HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/DESMATAMENTO/)
COP30 (HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/COP30/)

Amazônia registra 3º menor desmatamento da história

Sequência de quedas na destruição da floresta representa trunfo do governo Lula para a COP30
Novo número é 11% menor que o do ciclo anterior

30.out.2025 às 14h42
Atualizado: 30.out.2025 às 19h26

EDIÇÃO IMPRESSA (https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2025/10/31/)

João Gabriel (https://www1.folha.uol.com.br/autores/joao-gabriel.shtml)

BRASÍLIA A taxa de desmatamento (https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/desmatamento/) na Amazônia (https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/amazonia/) Legal atingiu o terceiro menor patamar da série histórica (desde 1988), com 5.796 km², uma redução de 11% com relação ao ciclo anterior e que representa um cenário semelhante ao registrado dez anos atrás.

No cerrado (https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/cerrado/), cuja área total é metade do tamanho da amazônia, houve uma devastação maior, de 7.235 km². Mesmo assim, esse foi o menor valor para o bioma em cinco anos, 11,5% a menos que o período anterior e a segunda diminuição em sequência.



A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, durante divulgação da taxa anual de desmatamento - Pedro Ladeira/Folhapress

Os dados são do sistema Prodes (https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/12/entenda-diferenca-entre-medicoes-de-desmatamento-do-prodes-e-do-deter.shtml), do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisa Espacial), para o agregado de 1º de agosto de 2024 a 31 de julho de 2025 —que é o ano-referência para mensuração da derrubada da floresta no Brasil.

No acumulado do atual governo (desde 2023), houve uma redução na devastação de 50% na amazônia e 34,9% no cerrado.

"Nem nos melhores planos eu imaginaria que chegaríamos nesse momento com redução de 50% na amazônia em comparação com 2022", afirmou a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

Na amazônia, a taxa registrada neste último ciclo está atrás apenas do período de 2011 a 2012 (4,6 mil km²) e de 2013 a 2014 (5 mil km²).

O número representa um trunfo do governo Lula (https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/lula/) (PT) para a COP30 (https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/cop30/), a conferência de clima da ONU (https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/onu/) (Organização das Nações Unidas), uma vez que a redução do desmatamento (https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2025/10/plano-clima-trava-as-vesperas-da-cop30-apos-resistencia-do-mapa-e-casa-civil-e-acionada.shtml) na amazônia é uma das principais bandeiras do Brasil no cenário internacional. A cúpula climática vai de 10 a 21 de novembro.

O desmate é o principal vetor de emissões de CO_2 do Brasil, e o país se comprometeu a zerar essa taxa até 2030.

A COP30, inclusive, acontecerá em Belém (https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/belem/), e um dos argumentos para a escolha da cidade foi que ela fica dentro da amazônia, e nunca antes o principal evento climático do mundo aconteceu em meio ao bioma (https://estudio.folha.uol.com.br/amazonia-importa/2025/09/cop-em-belem-dara-visibilidade-global-a-floresta-amazonica.shtml) mais importante para equilíbrio ambiental da Terra.

O dado também reforça o discurso brasileiro em prol do Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, na sigla em inglês) (https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2025/10/banco-mundial-aprova-fundo-de-florestas-trunfo-do-brasil-para-a-cop30.shtml), mecanismo criado pelos ministérios da Fazenda e do Meio Ambiente (https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/meio-ambiente/) e que cria uma remuneração a países pela redução no corte de suas florestas tropicais.

O fundo é uma das apostas do Brasil como bandeira da COP30, mas para vingar, o país precisa conseguir atrair outras nações a investirem nele (https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2025/10/brasil-amplia-busca-por-investidores-do-tfff-e-prepara-encontro-com-lideres-na-cop30.shtml). Até aqui, o governo Lula foi o único a prometer um aporte financeiro (de US$ 1 bilhão), mas há a expectativa de que anúncios neste sentido aconteçam durante a conferência.

Essa foi a quarta redução seguida de desmatamento na amazônia, (https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/11/desmatamento-na-amazonia-cai-306-com-menor-taxa-em-9-anos.shtml) segundo os dados do Prodes, que são considerados os oficiais para o país —durante o ano, o Inpe divulga mensalmente números preliminares, pelo sistema Deter, e que mede avisos de destruição.

planeta em transe

Uma newsletter com o que você precisa saber sobre mudanças climáticas

A taxa de desmate explodiu durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), impulsionado tanto por queimadas, mas também por atividades ilegais, como o garimpo ou a extração de madeira.

A queda começa em em 2022, e se acentua nos anos seguintes. Integrantes do governo atribuem essa queda à retomada de políticas de proteção florestal pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que repetem a estratégia usada durante sua primeira passagem na pasta (de 2003 a 2008), também sob gestão de Lula.

Na primeira experiência como ministra, ela implementou o PPCDAm (Plano de Proteção e Controle do Desmatamento na Amazônia), o que fez a devastação despencar de 27,8 mil km² em 2004 para 4,6 mil km² em 2012.

O plano foi encerrado pelo governo Bolsonaro, e reativado com a volta da ministra ao cargo.

"Em que pese os interstícios de apagão de política ambiental e combate ao desmatamento, ao retomar esse arranjo que foi pensado pela equipe do ministério do meio ambiente em 2004, quando nós atualizamos e colocamos em pratica [...] os resultados são visíveis", afirmou Marina.

Se historicamente a derrubada da floresta é a principal causa de desmatamento no Brasil, nos últimos anos os incêndios vêm se agravando, em razão da mudança climática, o que faz com que este fator se torne cada vez mais um vetor importante de destruição.

Em 2022, por exemplo, 7% da área devastada na Amazônia se deu pela chamada "degradação progressiva", classificação técnica que engloba as queimadas, e o resto foi por "corte raso", a forma mais tradicional.

Em 2025, a parcela que compreende os incêndios passou a 38%. O secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, afirmou que se não fosse o fogo, teria sido registrada a menor taxa de desmatamento da história.

"A criminalidade faz uma aliança perversa com a mudança do clima. De fato, usa isso como ferramenta para destruir a floresta", afirma a ministra, uma vez que quase todas as queimadas acontecem por ação humana e ilegal.

Neste ano, o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) colocou em prática o que ficou apelidado como "embargão", uma série de ações em larga escala contra irregularidades em propriedades privadas.

A ação gerou reações do agronegócio, mas segundo integrantes do governo, foi fundamental para coibir o desmatamento no país —que chegou a ter um pico de crescimento no primeiro semestre, mas depois voltou a cair.

Foram R$ 2,58 bilhões em multas aplicadas pelo Ibama na Amazônia, e 5,1 mil km² de áreas embargadas, em 9.540 ações de fiscalização.

No geral, o valor de multas subiu de R$ 4,9 bilhões entre 2020 e 2023 para R$ 8 bi entre 2023 e 2025, um aumento de 63%

No cerrado, foram aplicados R$ 607 milhões em multas, em 2.330 ações de fiscalização.

Na Amazônia Legal, o único estado que teve aumento do desmatamento foi o Mato Grosso, onde a taxa cresceu 25% neste ciclo na comparação com o anterior. Tocantins teve a maior queda, de 62,5%.

Já no cerrado, a destruição se concentra na faixa conhecida como Matopiba, onde acontece a expansão do agronegócio. Dois dos estados que compõe a região registraram aumento de devastação —Piauí (33,1%) e Bahia (9,3%)— e os outros dois, queda —Tocantins (26,2%) e Maranhão (19,3%).

Daniel Silva, especialista em conservação do WWF-Brasil, destaca que para que o desmatamento siga caindo, é necessário também mobilizar o setor privado.

"As empresas precisam ir além dos compromissos no papel e realmente eliminar o desmatamento de suas cadeias produtivas. Sem isso, os ganhos obtidos até agora podem se perder. Estamos em um momento crítico para a sustentabilidade no Brasil: a moratória da soja, exemplo emblemático de compromisso multissetorial que funciona e marco de credibilidade para o agronegócio brasileiro, pode acabar", afirma.

Questionada sobre isso, a ministra Marina Silva afirmou que é necessário fortalecer ações de recuperação de área degradada, mecanismos de pagamento por serviços ambientais e programas de florestas produtivas e sustentáveis, por exemplo.

"Já é vantajoso manter floresta em pé, porque sem ela não tem água, piora a questão do clima, o prejuízo é enorme inclusive para a agricultura [...]. Mas tem outros ganhos objetivos e diretos que podem ser efetuados a partir de políticas públicas de desenvolvimento sustentável", completou.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (https://login.folha.com.br/newsletter)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) ou na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2025/10/amazonia-registra-3o-menor-desmatamento-da-historia.shtml